



## Apresentação do Dossiê

### Memórias e Práticas ( Sociais) de Resistências

Profx. Drx. Simone Becker (UFGD<sup>1</sup>/MS e CNPq)  
– [simonebecker@ufgd.edu.br](mailto:simonebecker@ufgd.edu.br)

Profa. Dra. Katiuscia Moreno Galhera (Unesp Marília)  
– [katiuscia.mg1@gmail.com](mailto:katiuscia.mg1@gmail.com)

Tecer o presente dossiê se fez possível, em grande medida, pela artesanania dos afetos cultivada pelas e entre xs organizadorxs<sup>2</sup>. Os escritos aqui ofertados foram maturados desde fins de 2020, quando iniciamos os tateares da proposta/chamada do Dossiê sobre Memórias e Práticas {Sociais} de Resistências, e se estenderam até a seleção do que viria a ser publicado.

A ideia do dossiê nasceu em meio a um contexto de isolamento social devido à pandemia deflagrada pelo coronavírus (e suas mutações), em março de 2020. Desse momento em diante, assistimos com agonia se avolumar o número de mortes, em meio a um contexto de negacionismo, e eventuais crimes contra a humanidade do então governo federal de Jair Bolsonaro<sup>3</sup> (Ventura et alia., 2021). Adicione-se a isso a Guerra da Ucrânia, com movimentações bélicas de grandes potências contra e a favor do já poderoso armamentismo russo, e outras questões, como aquecimento global e racismo ambiental.

Nosso dossiê, cuja chamada esteve aberta ao público de março a setembro de 2022, objetivou suscitar reflexões sobre necropolítica (Mbembe, 2016), biopolítica (Foucault, 2010)

---

<sup>1</sup> Vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt/UFGD) e Sociologia (PPGS/UFGD).

<sup>2</sup> Optamos pelo uso do “x” como forma de linguagem não binária, portanto, contestatória dos dualismos de gênero. Imposição que nos designa a sermos “homem” ou “mulher”, correlatos respectivos do “sexo masculino” ou “sexo feminino”. Não há espaço sob essa lógica dominante, p.ex., para as existências das pessoas travestis. Não só. Como inspirações para a sustentação da crítica ao padrão binário de existência mundana reconhecida pelos discursos dominantes, mencionamos as reflexões de Michel Foucault, ora em *Herculine Barbin, o diário de um hermafrodita* (Foucault, 1982) com o “sexo verdadeiro” enunciado pelo Estado Moderno como dispositivo disciplinar, ora no seminário *Em defesa da Sociedade* (Foucault, 2010) com a noção de “estatização do biológico”, a partir dos usos regulatórios do “sexo” e da “raça”. Escolhe-se quem vive e quem morre graças à desgraça do racismo. Para além de Michel Foucault, destacamos Judith Butler e suas contribuições quanto às reflexões que destrincham a categoria do sexo tão inventada quanto a do/de gênero, no clássico *Problemas de Gênero Feminismo e subversão de identidade* (Butler, 2003). Nota-se o quão abjeção (Butler, 2002) rima com agudização da precarização de nossas existências, as vidas precárias, em contextos de guerra (Butler, 2015).

<sup>3</sup> O genocídio disparado pelas práticas estatais advindas do então governo federal, fizeram-nos chegar a aproximadas setecentas mil mortes, antes de sua saída oficial do governo no dia 1º de janeiro de 2023.



e demais ferramentas conceituais voltadas à compreensão do Estado e suas engrenagens de moer gente, como aquelas que mortificam re-existências, especialmente da cartografia política localizada no sul/subsolo: “corpos-territórios” (Cabnal, 2010) negros, travestis, indígenas, quilombolas, afeminados, sapatões, favelados, bichas, trabalhadores, refugiados, (d)entre tantxs outrxs. Se tais corpos são alvos certos de balas/bombas, canetadas/sentenças, decretos, bisturis e falos, ao mesmo tempo são corpos que se rebelam em “aliança” (Butler, 2018) contra o neoliberalismo (Brown, 2019) que abjetifica (Butler, 2002) e aprofunda a precarização de vidas que (des)importam ao Estado e seus tentáculos.

Um exemplo que nos toca são as memórias e resistências de mulheres e comunidades exiladas ou refugiadas em seus próprios territórios, cuja escuta pode se dar a partir do relatório da Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guaraní (Kuñangue Aty Guasu), *Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá de Guaraní* (Kuñangue, 2020). Escritas das vivências - ou “escrevivências”, como as denomina Conceição Evaristo (2020) -, nos fazem experimentar tal encruzilhada a partir do espaço social e político no qual enunciamos nossa fala: as trincheiras sul-mato-grossenses (Lenharo, 1986; Crespe, 2015; Cariaga, 2017; Johnson, 2019; Amado, 2019; Pereira, 2020), em meio ao genocídio do Estado brasileiro contra as existências indígenas. Estruturalmente racista (Almeida, 2021) e heterocispatriarcal (Preciado, 2022), as engrenagens estatais genocidas são também direcionadas ao(s) povo(s) negro(s): lembremos de Marielle Franco, que nos faz rememorar os dizeres de Rita Laura Segato (2016) sobre as formas de guerra contra as mulheres. Quem mandou matar Marielle Franco<sup>4</sup> e por quê?

Ainda des-re-pensando alguns casos brasileiros, o necrobiopoder<sup>5</sup> (Bento, 2018) dispara (ações) contra os povos do campo e quilombolas. Procuremos, contudo, expandir tais reflexões para além do “território nacional”, ecoando as experiências de feministas argentinas – seja nas massivas manifestações pelo aborto legal, seja em suas práticas comunitárias –, de subversões mapuches e zapatistas, ou, ainda, das mulheres negras invisíveis que “todos os dias, em todo lugar, (...) ‘abrem’ a cidade” (Vergès, 2020), limpando-a.

---

<sup>4</sup> Eis as perguntas que não calam, com outros esperançares no contexto após a saída de Bolsonaro, bem como de Anielle Franco assumindo o ministério da Igualdade Racial. Realidade outra que àquela de meados de 2020.

<sup>5</sup> Ferramenta conceitual capaz de nos levar a maturar ainda mais as relações entre biopolítica foucaultiana e necropolítica mbembeana.



São, portanto, múltiplos os exemplos que contemplam a chamada do dossiê, que buscou, especialmente, sensibilidades indisciplinadas para destacar a potência dos discursos antropológicos tanto nas tessituras da transdisciplinaridade quanto da interculturalidade, e então com as próprias discussões que perpassam a escrita acadêmica (Carneiro, 2005; Cusicanqui, 2015; 2021; Gonzalez, 1983).

Com essa amplitude de discussões, de temáticas, de afetações e de perspectivas, encerramos no final de setembro de 2022, dia 30, o prazo para recebimento das produções a nós encaminhadas. Na sequência apresentamos os textos selecionados; entremeados por fotos, imagens e diálogos com teorias e empirias tão alentadoras para o devir minoria<sup>6</sup>. São artigos-ensaios, artigo-poema, tradução, transcrição e entrevista que dialogam com a tríade letal do racismo, capitalismo neoliberal e heterocispatriarcado.

Subvertendo a “ordem” que, em regra, é adotada pelas revistas acadêmicas nas ciências humanas, cuja disposição da seção “entrevista” se dá no fim da publicação, abrimos o dossiê com a entrevista realizada por Danielle Tega e Simone Becker com Magali Mendes. Entrevista nuançada por conversas - prosa em versos. Magali se apresenta como militante na instância do desejo. Militante da causa pelo viver como luta inevitável em uma sociedade desigual como a nossa. Militar verbo de militante é para todas as pessoas, mas sobretudo para as oprimidas/subjugadas pelos tentáculos estatais-empresariais-militares que nos atravessam (in)conscientemente. Desejamos que se deliciem com os sabores tão singulares e vitais dos saberes trocados com e ensinados por Magali. Ei-la sob o título de “Por um feminismo popular: entrevista com Magali Mendes”.

É como eu desejo ser apresentada. Eu sou uma militante! Tem algo que o [Frantz] Fanon coloca no *Pele Negra, Máscaras Brancas*: as boas experiências do mundo, o que o mundo produziu de bom, é responsabilidade nossa – e o que ele produziu de ruim também. Quando eu penso nisso, eu também penso no racismo; não fui eu que inventei o racismo, sou vítima dele, mas qual a responsabilidade que eu tenho com as

---

<sup>6</sup> Na definição do que tanto possa ser a “categoria analítica” do “devir” suscitada pelo duo Félix Guattari e Gilles Deleuze, em suas produções conjuntas e/ou separadas. O devir é toda a existência que não é padrão, modelo, norma, normal. Não ao acaso, a inexistência do “devir homem” ou do “devir branco”. (...). Destacamos possível entendimento do “devir” na obra *Diálogos* entre Gilles Deleuze e Claire Parnet.

Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão "o que você está se tornando?" é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio (Deleuze & Parnet, 1998: 03).



outras mulheres, os outros seres humanos que sofrem racismo? (Mendes, Tega & Becker, 2022: 23-24).

Felipe Mattos Johnson e Fabio Turibo tecem “o artigo-poema” intitulado “Oguatá pytã: sentipensares poéticos em movimento”, através do qual enunciam e denunciam as agonísticas cotidianas dos assassinatos, dos estupros, dos atropelamentos, dos esbulhos (...) diariamente praticados contra os corpos-territórios Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul.

### **Tekoha Em Perigo**

Viu na calada da noite, na virada da madrugada ataque constante,  
Um telefone sobre sair, uma ordem dos representante  
O Estado faz a sua reação, em defesa do patrimônio  
Onde sistema dá a proteção.

Na comunidade as crianças e moradores ficam sem saída,  
Na mira do estado, um guerreiro se vai  
Cada sangue se derrama nesse chão, e o Estado com sua opressão,  
No presente, em menos de 24 horas  
Mais um corpo de um guerreiro recebe a identificação  
No lacre do caixão.

Esse é o projeto do Estado:  
A caneta e uma farda fazem valer o plano.

(Turibo & Johnson, 2022:56).

Aportamos, então, nos escritos de Célia Maria Foster Silvestre, Veronice Lovato Rossato e Aline Castilho Crespe. O artigo é também ressignificação de outras bricolagens advindas de ações de pesquisa, de extensão e de ensino implementadas pelo curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), bem como no diálogo das convivências das autoras com os povos Kaiowá e Guarani.

“Esses que (não) são os outros: a presença kaiowá e guarani em Amambai, MS” nos convida a aprofundar a história do surgimento do município de Amambai, a partir da criação da reserva indígena, que o antecede. Fruto das políticas estatais de extermínio, esta foi a primeira dentre as oito reservas indígenas, perversamente criadas entre 1915 e 1928 na região sul do à época estado de Mato Grosso:



No processo de colonização do Brasil, bem como do Mato Grosso do Sul, os coletivos indígenas foram tidos como ‘menos’ e, por isso, foram tutelados, confinados, negados - cultural e fisicamente, inclusive a partir das instituições encarregadas de garantir-lhes direitos. Conhecer esse processo histórico e as matrizes que o orienta(ra)m podem nos fazer olhar de forma diferente para nós mesmos como os outros que chegaram a territórios ocupados por coletivos indígenas, trazendo modos de vida que impactaram suas existências (SILVESTRE; ROSSATO e CRESPE, 2022: 82).

É na compreensão das lutas dos Povos do Campo pelo direito à memória, à verdade e à justiça, no tocante às violações por eles sofridas durante a ditadura civil militar brasileira, que Adriana Novais traz à cena do debate seu artigo-ensaio intitulado “Ditadura e violações aos direitos humanos dos Povos do Campo: um ensaio sobre o caso brasileiro”.

A leitura de Adriana Novais nos municia de “críticas importantes à chamada justiça de transição no Brasil” (Novais, 2022: 85). Essas, por sua vez, imbricam-se às contextualizações que a autora nos apresenta quanto às violências contra os Povos do Campo, e o etnocídio dos Povos Originários no cenário atual e desolador disparado pela ascensão da extrema direita. Adriana Novais nos oferta novas perspectivas de leituras e interpretações sobre a ditadura e a inserção das lutas dos Povos do Campo na arena pelo direito à memória, à verdade e à justiça que “apontam para possibilidades de resistência no presente” (Idem).

Sustentada por etnografias, incluindo as suas, escritas a partir de pesquisas de campo feitas em 2018, 2019 e 2022, Majin Boote Silva dos Santos nos acompanha na imersão pelo quilombo Patos do Ituqui (em Santarém, no Pará, região do baixo Amazonas), para com ela multiplicar sentidos a respeito da carnificina empreendida por “agentes do desenvolvimento” e suas políticas de morte. “A necropolítica para territórios quilombolas: o racismo como tecnologia de organização do espaço” é guiado pela premissa aforística<sup>7</sup> foucaultiana de que o racismo é uma tecnologia do poder. Os diálogos interdisciplinares (Butler, 2015; Mbembe,

---

<sup>7</sup> Os aforismos são marcas da escrita de Friedrich Nietzsche, uma das inspirações para Michel Foucault. Trata-se de frases curtas com denso conteúdo, capaz de sintetizar máximas (ou princípios de cunho moral) do pensamento nietzscheano. Destacamos a percepção de Nietzsche sobre aforismo no livro “A Genealogia da Moral”:

Bem cunhado e moldado, um aforismo não foi ainda “decifrado”, ao ser apenas lido: deve ter início, então a sua *interpretação*, para a qual se requer uma arte da interpretação. Na terceira dissertação deste livro, ofereço um exemplo do que aqui denomino “interpretação”: a dissertação é precedida por um aforismo, do qual ela constitui o comentário. É certo que, a praticar desse modo a leitura como *arte*, faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido – e que exigirá tempo, até que minhas obras sejam “legíveis” -, para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e *não* um “homem moderno”: o *ruminar* ... (Nietzsche, 2009: 14) – Destaques do original.



2016) e disciplinares com a Antropologia (Fassin, 1999) são guiados pelo destrinchar do racismo.

“Com efeito, que é racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (Foucault, 2010: 214).

No artigo-ensaio “Das Santas Pretas ao Muquifu: (des)continuidade territorial à preservação da memória social”, Thayllany Mattos dos Santos e Conrado Neves Sathler apresentam um exercício de autoetnografia em primeira pessoa do singular, o “Eu”. Esse “eu” que pode ser tão múltiplo nas experiências dos encontros junto ao Muquifu - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos - e à Igreja das Santas Pretas no Morro dos Papagaios, Belo Horizonte nas Minas Gerais. A escrita nos enleva para fora desses espaços de resistências para nos mostrar suas afetações no perspectivar a vida que nos cerca, incluindo a nossa, a sua, a partir também de seus encontros com as intelectualidades que somam nas lutas antirracistas.

Na seção “transcrição”, Simone Becker, Lauriene Seraguza e Yuri Tomaz dos Santos introduzem as motivações para a publicação do projeto de pesquisa tecido por Satine Rodrigues Borges, tal como foi enviado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT/MS) nos idos de 2012. A *transfemenagem* à Satine é maneira singela de celebrar sua memória, um cadinho de seu legado no PPGAnt/UFGD e as saudades após dez anos, em 2023, de sua partida.

A transcrição de “A Dona da Rua: Prostituição e Cafetinagem no Cotidiano de Travestis em Dourados – MS” é material didático e pedagógico que nos faz perceber a importância de discussões tão presentes no contexto atual brasileiro, como o transfeminicídio, a transfobia e as suas resistências. Somos, pelo 14º ano, o país dentre todos que mais mata as pessoas trans (Vasconcelos, 2023).

Na estreita sintonia do que a transcrição suscita, finalizamos o dossiê com a tradução do artigo de Peter Cava “Cisgênero e Cissexual” realizada por Patrick de Almeida Trindade Braga, com revisão técnica de Rubens Mascarenhas Neto e Vinícius Zanoli.

Talvez o sentido mais promissor para futuros estudos sobre cissexualidade e cisgeneridade seja a análise do privilégio cis a partir de uma perspectiva interseccional (que reconheça as distintas experiências produzidas nas intersecções de eixos de privilégio/opressão) (Cava, 2022: 158).



Saboreiem e, se possível for, com vagar, calma e alma! É apenas o que desejamos em meio às lutas na caminhada do viver (...).

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. 2021. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Sueli Carneiro; Editora Jandaíra.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. 2019. *Vukápanavo o despertar do Povo Terena para os seus Direitos: Movimento Indígena e Confronto Político*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANMIGA. 2022. *Manifesto das Indígenas Mulheres [...]*. In: <https://anmiga.org/manifesto-contra-a-violencia-de-genero-racismo-contra-a-mulher-indigena-e-da-intolerancia-religiosa-e-contra-a-inconstitucionalidade-da-proposta-de-lei-n191-2020/> (acessado em 21 de março de 2022).

BECKER, Simone. 2022. “(Na) mira (d)os processos: entre afetos e (regimes de) verdades” In: DIEHL, Eliana Elisabeth et al. *Antropologias do contemporâneo: uma homenagem a Sônia Weidner Maluf*. 1ª ed. Florianópolis, Editora da UFSC. p. 91-121.

BENTO, Berenice. 2018. “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?”. *cadernos pagu*, Campinas, (53): e185305. In: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso)>. (acessado em 21 dezembro de 2018).

BROWN, Wendy. 2019. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo, Politeia.

BUTLER, Judith. PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costere. 2002. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 10(1): 155-167.

BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. 2015. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* 1ª ed. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica Carla Rodrigues. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith. 2018. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. 1ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



CABNAL, Lorena. 2010. *Acercamientos a la contrucción de la propuesta de Comunitári epistemológico de mujeres indígenas feministas Comunitárias de Abya-Yala*. Feminismos diversos: el feminismo comunitario. ACSUR, p. 11- 25. In: <https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2019/07/Cabnal-2010-Propuesta-de-Pensamiento-Epistemico-Mujeres-Indigenas.pdf>. (acessado em 29 de janeiro de 2023).

CARIAGA, Diógenes Egídio. 2017. “Documento de índio, documento de branco. (...)”. In: Organizadora: Arlene M. Ricoldi. *Cidadania no campo: políticas de acesso à documentação da trabalhadora rural*. São Paulo: FCC, pp.217-235.

CARNEIRO, Sueli. 2005. *A construção do outro como não-ser como fundamento do Ser*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo.

CAVA, Peter. 2022. “Cisgênero e Cissexual”. *Revista Ñanduty (PPGAnt/UFGRD)*, Dourados, 10(16): 153-159. Tradução de Patrick de Almeida Trindade Braga; revisão de Vinícius Zanoli e Rubens Mascarenhas Neto.

CRESPE, Aline Castilho. 2015. *Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Grande Dourados.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. 2015. *Sociologia de la imagen: ensayos*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Tinta Limón.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. 2021. *Mulheres e estruturas de poder nos Andes*. 1ª ed. Tradução de Leon Carriconde. Brasília, Editora O Lampião.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivência*. In: [CONCEIÇÃO EVARISTO | Escrevivência - YouTube](#) (acessado em 21 de dezembro de 2020).

FASSIN, Didier. 1999. “El hombre sin derechos: Una figura antropolítica de la globalización”. *Maguaré*, Bogotá, (14):179-190.

FOUCAULT, Michel. 1982. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alvez.

FOUCAULT, Michel. 2010. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-76)*. 2ª ed. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo, Martins Fontes.

GONZALEZ, Lélia. 1983. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. *Revista Ciências Sociais Hoje - Anuário de Antropologia*, São Paulo:223-244. In: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod\\_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%201983-original%20.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira\\_1983.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%201983-original%20.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf)>. (acessado em 20 julho de 2020).



JOHNSON, Felipe Mattos. 2019. *Pyahu Kuera: uma etnografia da resistência jovem Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados.

KUÑANGUE ATY GUASU. 2020. *Corpos silenciados, vozes presentes: a violência no olhar das mulheres Kaiowá e Guarani*. In: [https://01c45c19-f10c-4c88-a4b9-7b1e649dfa97.filesusr.com/ugd/c27371\\_446abbaa36e7462d9c63e81085461604.pdf](https://01c45c19-f10c-4c88-a4b9-7b1e649dfa97.filesusr.com/ugd/c27371_446abbaa36e7462d9c63e81085461604.pdf) (acessado em 22 de março de 2021).

LENHARO, Alcir. 1986. “A terra para quem nela não trabalha (a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 6(12):47-64. In: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3626](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3626). (acessado em 20 de março de 2022).

MBEMBE, Achille. 2016. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, Rio de Janeiro, (32):122-151. In: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. (acessado em 12 outubro de 2021).

MENDES, Magali; TEGA, Danielle; BECKER, Simone. 2022. “Por um feminismo popular: entrevista com Magali Mendes”. *Revista Ñanduty (PPGAnt/UFGD)*, Dourados (10)16: 11-39.

ÑANDUTY. 2023. *Arquivos da Revista Ñanduty do PPGAnt/UFGD*. In: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/issue/archive> (acessado em 18 de janeiro de 2023).

NIETZSCHE, Friedrich. 2009. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras.

NOVAIS, Adriana. 2022. “Ditadura e violações aos direitos humanos dos Povos do Campo: um ensaio sobre o caso brasileiro”. *Revista Ñanduty (PPGAnt/UFGD)*, Dourados, (10)16: 85 - 94.

PEREIRA, Lucia. 2020. *As políticas públicas para a saúde indígena e a política de saúde das mulheres kaiowá da reserva de Amambai, MS: aproximações e impasses*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal da Grande Dourados.

SEGATO, Rita Laura. 2016. “Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres”. *Sociedade e Estado*, Brasília, (2)29:341-371. In: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5889>. (acessado em 20 de novembro de 2021).

SILVESTRE, Célia Maria Foster; ROSSATO, Veronice Lovato e CRESPE, Aline Castilho. 2022. “Esses que (não) são os outros: a presença kaiowá e guarani em Amambai, MS”. *Revista Ñanduty (PPGAnt/UFGD)*, Dourados, (10)16: 65-84.

TURIBO, Fabio; JOHNSON, Felipe Mattos. 2022. “Oguatá pytã: sentipensares poéticos em movimento” *Revista Ñanduty (PPGAnt/UFGD)*, (10)16:40-64.



VASCONCELOS, Caê. 2023. *Pelo 14ª ano, Brasil é país que mais mata pessoas trans*. In: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/01/26/mortes-pessoas-trans-brasil-2022.htm> (acessado em 27 de janeiro de 2023).

VENTURA, Deisy; PERRONE-MOISÉS, Cláudia; MARTIN-CHENUT, Kathia. “Pandemia e crimes contra a humanidade: o ‘caráter desumano’ da gestão da catástrofe sanitária no Brasil”. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, (12)3:2206-2257. In: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/7WGYphhcLskRqBCwBNTt9sn/?format=pdf>. (acessado em 29 de janeiro de 2023).

VERGÈS, Françoise. 2020. *Um feminismo decolonial*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo, UBU.